

# Ora direis, proibir música ao vivo?

DF, Brasília

□ Brasília é uma cidade que foi planejada para abrigar no máximo 500 mil habitantes. Após 28 anos de sua inauguração, o projeto urbanístico e arquitetônico elaborado por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer abriga aproximadamente dois milhões de pessoas, se dividindo entre atividades públicas e privadas, que ainda não conseguiram assimilar a idéia de ser a capital do Brasil uma grande metrópole geradora de cultura, com um comércio em expansão e opções noturnas de lazer em pleno desenvolvimento. Essa falta de

percepção da vida urbana tem levado parte da sociedade local a agir contra a linha do tempo que faz uma comunidade crescer nos aspectos sócio-cultural, político e econômico. A forma mais barata de diversão nesta cidade de funcionários públicos, a vida noturna de freqüências em bares, pode acabar, por decreto. É o 3 x 4 de uma cidade governada por políticos biônicos que não atendem às reivindicações de sua população.



## Rodrigo Leitão

O novo governador do Distrito Federal, o senador Alexandre Costa (PFL-MA), indicado pelo presidente José Sarney, assumirá o cargo com pelo menos uma bomba em suas mãos: decidir entre a proibição ou a limitação da música ao vivo nos bares da cidade, fora do horário comercial. Caso o decreto em estudo no GDF venha a vigorar, o presidente do Sindicato dos Músicos do DF, Lourinroosevelt Alves Pedrosa, ameaça entrar na Justiça contra o GDF na intenção de preservar a liberdade profissional da categoria. O decreto, teme o Sindicato, acarretaria num possível desemprego da classe.

A polêmica em torno do decreto (que «vai baixar o tom da poluição em toda cidade»), levantada pelos músicos e proprietários de casas noturnas, surgiu a partir do encontro de síndicos com o GDF no último mês de maio, quando foi deflagrada uma série de reclamações desses representantes da comunidade brasiliense, cujo peso está concentrado no «barulho promovido pelos bares com música ao vivo, próximos a áreas residenciais e no funcionamento de oficinas mecânicas na W3 Norte após o horário comercial».

O encontro de síndicos com o GDF, que pretendia reunir 1.500 representantes de condomínios do Plano Piloto mas contou apenas com a presença de 500 cidadãos, determinou a criação da Comissão Informal para Assuntos de Poluição Sonora. A comissão formada pelos secretários da Indústria e Comércio, (Lindberg Aziz Cury), do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (Paulo Nogueira Neto), o consultor jurídico do GDF (Geraldo Guedes), o chefe de Gabinete do Secretário de Segurança Pública (Geraldo José Chaves), o consultor jurídico adjunto (Almiro Gerin) e o chefe da Associação dos Moradores do Plano Piloto-AMPLA (Geraldo Silva), chegou a analisar uma minuta de decreto que disporia sobre «o controle do ruído ambiental na área do Distrito Federal, onde estariam definidos os limites sonoros para cada área e horário, com a consequente previsão de penalidades para os infratores».

Segundo informações do chefe da AMPLA, Geraldo Silva, a segunda reunião desta comissão está temporariamente adiada, em decorrência da troca de governador, deixando o decreto, por enquanto, congelado. Esquivando-se de comentar o assunto — afirmando que este não é de sua competência e que só o governador poderia adiantar alguma informação sobre o decreto —, Geraldo Silva co-

mentou o «barulho» causado por alguns bares da cidade, deixando transparecer a tendência da Comissão.

Enquanto um governador não sai e o outro não entra, o GDF se prepara para adquirir os aparelhos de medição sonora, necessários à aferição dos índices «poluidores», nos estabelecimentos que oferecem música ao vivo à população. A primeira medida a ser tomada pelo GDF será preventiva, sugerindo às casas com programação musical que se ajustem aos parâmetros estabelecidos no decreto, determinando um prazo conveniente para que esses recintos enquadrem-se no padrão sonoro que a lei determinará.

## Caso de Polícia

Até que a comissão chegue a resultados práticos quanto à aferição da «poluição sonora» no Distrito Federal, atitudes isoladas vêm marcando a ação de alguns moradores do Plano Piloto, descontentes com o «barulho» causado pela música ao vivo. Com a vigoração do decreto os estabelecimentos mais prejudicados serão os bares situados em andares térreo nas quadras comerciais, que utilizam toldos para abrigar os músicos e a freguesia, mas a comunidade residente próxima a algumas casas noturnas com programação mais intensa reclama também dos bares montados nos subsolos.

Essas atitudes isoladas têm causado grandes constrangimentos para os músicos, proprietários e freqüentadores de bares com música ao vivo, tornando as noites brasilienses um cenário propício a verdadeiros casos de polícia. A vítima mais recente do descontentamento de moradores foi o bar Chorão da 304 Norte. Na última quarta-feira, dia 4, enquanto o grupo de jazz 4 x 4 se apresentava no projeto Quarta Aumentada (sem nenhuma relação do nome com o volume), um grupo de seis homens da Polícia Militar, Rocan e Polícia Civil, armados de metralhadoras, invadiu o subsolo daquela comercial — onde está situado o bar — para acabar com a «algazarra que ali acontecia» denunciada por um telefonema anônimo. Esclarecidos os fatos, contornados os transtornos para ambos os lados, a Polícia se retirou do Chorão lamentando essas atitudes que a faz deslocar-se, sem necessidade, de locais «mais perigosos» onde poderiam estar atentos a determinadas ações ilícitas.

Mas o Chorão não foi a única vítima. O bar Caraguejo também recebeu a visita da Polícia há cerca de duas semanas, atendendo a reclamações de um morador do bloco K da 115 Norte que se sentia incomodado

com a música alta. Quando os policiais constaram que o Caraguejo não possui programação musical ao vivo e que o bar vizinho (Nosso Bar) que a utiliza como atrativo estava fechado, bateu em retirada reclamando da falta de consciência de determinados cidadãos que não tem a capacidade para observar as reais prioridades da polícia.

Em maio passado a cantora Cássia Eller também sofreu a interrupção policial em uma de suas eventuais apresentações nos Bom Demais (705/6 Norte). Mas esses não foram os únicos casos ocorridos na cidade. Há dois anos o Cavaquinho (408 Sul) introduziu um sistema eletrônico nos amplificadores que acusam quando a música ultrapassa a altura satisfatória discutida em reunião com os moradores daquela superquadra. A saída encontrada pelos proprietários do Cavaquinho eliminou a presença da polícia que freqüentemente se fazia presente naquele bar como fruto das reclamações dos moradores mais próximos. O bar mais popular da cidade, o Beirute, depois que proibiu a presença de instrumentos musicais no seu prédio (há anos), encerrou um período negro na história da noite brasiliense, quando muitos músicos, jornalistas e populares apanhavam arbitrariamente da polícia (o caso mais conhecido foi o do grupo Liga Tripa), por determinação do mau humor dos moradores da superquadra sul 109.

## Resposta Antecipada

A resposta do presidente do Sindicato dos Músicos do DF, de que vai acionar o GDF caso algum músico perca seu emprego em decorrência de «medidas que venham a ser tomadas aleatoriamente» (o sindicato não foi considerado nem consultado pela Comissão do GDF), antecipando a possível publicação de um decreto que prejudique a categoria, dá o tom no clima de desagrado reinante entre a comunidade musical e os proprietários de casas noturnas com música ao vivo, cujo sindicato também não mereceu o crédito do GDF.

«O músico e a música não podem ser enquadrados no artigo 42 da lei de contravenção penal (itens 1, 2 e 3) que discorrem sobre ruído, profissões ruidosas e abuso de aparelhagem eletrônica. Música não é ruído e a nossa profissão não é ruidosa», contra-ataca o dirigente sindical. Roosevelt considera ainda o aspecto do limite de 80 decibéis alcançado e permitido por lei. «Antes dos moradores, os freqüentadores dos bares já teriam ficado loucos caso a música fosse alta como estão considerando. Se forem analisar por esse ângulo

vão ter que prender aviões, caminhões e outras coisas que fazem ruído e perturbam», complementa o músico.

Roosevelt lembrou também o período em que o coronel Lauro Rieth esteve à frente da Secretaria de Segurança Pública, quando vários músicos foram presos enquanto trabalhavam. «Juntamente com a Ordem dos Músicos e a UnB fizemos um estudo para aferir os índices da música e ficou constatado que o som não chegou à metade do limite permitido e isso foi feito embaixo do prédio mais próximo do Cavaquinho» (cerca de 100 metros).

«Essa não é a primeira vez que o GDF resolve tratar de certos assuntos sem a participação do representante oficial da categoria envolvida» (no caso o sindicato); a observação é de Otávio Franco, proprietário do Tasca (404 Sul) e vice-presidente do Sindicato dos Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares. Para ele essa é uma atitude que reflete as ações de um governo indireto sem suporte partidário e sem satisfação a dar aos representantes da população e a ela própria. «Se esse decreto sair, coisa que eu não acredito, irá fugir a toda realidade nacional, cujas grandes cidades possuem seus bares com atividades regulamentadas sem prejuízos às casas». Otávio Franco conclui suas restrições ao decreto afirmando que não apenas os músicos ficarão desempregados, mas também os garçons, cozinheiros e auxiliares, já que a grande maioria das casas noturnas em Brasília sobrevive da música ao vivo.

Essa atitude de legislar por decreto também é questionada por Alberto Roberto Ribeiro, um dos proprietários do Nosso Bar na CLN 115, que apresenta uma programação com samba aos domingos e possui cerca de vinte funcionários entre músicos, garçons, auxiliares e cozinheiros. «Os proprietários deveriam ser ouvidos a respeito disso. Todos os aspectos devem ser analisados, inclusive a visão do proprietário. É preciso acabar com essa mania de legislar no ar refrigerado do gabinete».

Para Cristina Roberto, proprietária do Bom Demais e animadora cultural de intensa atividade em Brasília, esse decreto é reflexo do erro de arquitetura em que foi concebida a cidade. «Esse erro de planejamento privou a cidade de espaço e isso transfigura uma imbecilidade». Como o Bom Demais é um bar de toldo surgem muitas reclamações, mas Cristina argumenta que sempre que essas reclamações chegam até lá ela tenta con-

vencer os músicos a tocarem mais baixo.

## Músico, público e moradores

O tecladista, pianista e arranjador Renato Vasconcelos, um dos mais conceituados nomes na área da moderna música instrumental brasileira e que também coordena o projeto Quarta Aumentada no Chorão, diz que essa briga com os bares em torno da «poluição sonora» causada pela música ao vivo é antiga, chegando a ser uma questão política. «Eles têm que cercar os bares de todas as formas, principalmente pela proximidade dos blocos, onde geralmente mora um figurão». Para ele é um absurdo elaborar um decreto que limite ou proíba a música a partir de determinado horário. «baseado apenas nas reclamações de meia dúzia de síndicos, pessoas sizadas que não têm a simpatia nem dos moradores de seus blocos. Nós estamos trabalhando com direito assegurado na Constituição e alvará de funcionamento e também pagamos impostos. Será que algum desses que reclamam nunca morou na Nossa Senhora de Copacabana?»

O morador mais próximo do Bom Demais, um funcionário público, Luiz, não se incomoda com a música. Ele diz, inclusive, que quando a atração é interessante até desce para assistir. «Faço isso sempre que o Adriano Faquini está tocando e quando não quero descer consigo dormir perfeitamente». A estudante Iara, moradora do Cruzeiro, freqüenta os bares do Plano Piloto única e exclusivamente pela atração musical que eles apresentam. «Esse tipo de bar proporciona um contato com outras pessoas, gente diferente. Não há muita opção na noite brasiliense se acabarem ou restringirem o horário da música ao vivo vão ter que baixar os preços dos ingressos em shows nos ambientes fechados». O processador de dados e estudante de Administração de Empresas, Fred, morador da Asa Norte, freqüenta os bares da cidade atraído pela música ao vivo. Para ele se for aprovado um decreto ou qualquer outro tipo de lei ou portaria que restrinja ou acabe com a música ao vivo nos bares da cidade, após determinado horário, a juventude e também a população mais velha que admira uma boa música executada ao vivo sairão prejudicadas. «A intenção é divulgar os programas da TV? Por que se os bares fecharem é isso que vai acontecer nesta cidade pobre de opções noturnas. Se acabarem com a música ao vivo que eles chamam de barulho, a poluição sonora vai acontecer embaixo dos blocos».